

4

A cara da mãe, o focinho do pai... As várias facetas da interpretação

Foi visto no capítulo anterior uma visão concisa da perspectiva wittgensteiniana de linguagem – com toda dificuldade e resistência que um resumo da obra de Wittgenstein apresenta. Como enunciei na introdução do trabalho, o objetivo norteador deste escrito é reavaliar, a partir desta concepção de linguagem, os limites que a interpretação possa (ou deva) ter. No presente capítulo, vou apresentar e estudar algumas das passagens em que Wittgenstein explicita suas considerações acerca da questão da interpretação, articulando-as ao pano de fundo armado no capítulo anterior e à discussão em torno dos limites da interpretação.

A interpretação aparece nos textos wittgensteinianos sob vários aspectos – não só nas *Investigações Filosóficas*, como em outras de suas obras.²³ De modo coerente com o seu fazer filosófico, Wittgenstein não utilizou o termo tecnicamente, preocupando-se em circunscrevê-lo. Pode-se dizer mesmo que se trata de um conceito cuja identidade se dá por semelhança de família, havendo entre seus diferentes usos uma complexa rede de similaridades e parentescos que se entrecruzam e se sobrepõem. Não é meu objetivo aqui buscar uma caracterização extensiva e pormenorizada dessa rede; acho centralmente importante para este estudo, no entanto, destacar pelo menos duas acepções em que, ao que parece, Wittgenstein usa o termo *interpretação*.

Como veremos, em muitas passagens Wittgenstein parece usar *interpretação* em um sentido equivalente ao de *compreensão*, *entendimento*. Com efeito, quando trata da questão do significado, ele salienta a diversidade de interpretações possíveis para as expressões lingüísticas, em contextos em que interpretar parece não se distinguir de compreender. Exemplo disto será explorado na seção a seguir, quando retomarmos a discussão sobre o gesto dêitico, o qual,

segundo Wittgenstein, como já se observou, pode ser interpretado (ou entendido, compreendido) de várias maneiras diferentes (IF § 28). O interesse de Wittgenstein nesses casos parece ser o de reafirmar sua crítica anti-essencialista, insistindo na possibilidade de múltiplas interpretações, em detrimento da univocidade semântica pressuposta em visões representacionistas da linguagem.

Todavia, ao mesmo tempo em que se pode perceber nos textos de Wittgenstein essa relação de semelhança entre as noções de interpretar e de compreender, o autor também aponta para uma outra caracterização da interpretação que é especialmente relevante no contexto deste estudo. Trata-se dos casos em que ela é tida como uma operação de *segunda ordem*, como um processo especial, ou seja, como uma atividade de que se lança mão apenas em *certas* situações – como quando há algum tipo de dúvida, por exemplo. Nessa segunda acepção, a interpretação ocorreria quando há necessidade de se deter o fluxo de um jogo de linguagem, com a explicitação de formas alternativas de se compreenderem as suas regras. Nesse caso, a interpretação parece ser tomada por Wittgenstein como uma espécie de *explicação*, uma *formulação* do que se entendeu sobre determinada coisa. Sob esse aspecto, a perspectiva wittgensteiniana se distancia de algumas outras concepções não-representacionistas do sentido. Isso porque, como vimos no capítulo dois, o não-representacionismo tem se associado com frequência à idéia de que a interpretação não se dá somente em alguns casos especiais, mas ocorre sempre e a todo o momento. Para Wittgenstein, isto não se daria assim: “os casos em que *interpretamos* são fáceis de reconhecer” (IF II, p.210). Parece, então, que, em um sentido que Wittgenstein julgou importante enfatizar, não se interpreta o tempo todo, mas somente em algumas situações especiais.

Entretanto, um ponto essencial que deverá ficar claro na discussão que se segue é que, em ambos os casos, a interpretação só pode ser vista como um *agir*. Isso quer dizer que não há como considerar a interpretação uma mera troca de signos, isto é, não há como vê-la como uma operação que se dá em uma espécie de vácuo lingüístico – porque ela já é, em si, um ato, uma jogada. Até porque, para Wittgenstein, não há que se falar em significado, compreensão,

²³ O levantamento feito aqui de passagens em que Wittgenstein tematiza de alguma forma a interpretação contemplou as seguintes obras: *Investigações Filosóficas*, *Fichas* (Zettel), *O livro azul*, *O livro castanho*, *Cultura e valor*, *Anotações sobre as cores* e *Da certeza*.

entendimento, *interpretação* fora das práticas em que ocorrem. A própria interpretação é ela mesma um lance dentro do jogo – um lance que, dependendo do sentido em que se emprega o termo *interpretação*, pode ser visto como corriqueiro ou especial.

Como uma estratégia para atingir meu objetivo de pensar a questão dos limites da interpretação sob a perspectiva wittgensteiniana de linguagem, gostaria de dividir minha análise das passagens em que o tema da interpretação é direta ou indiretamente abordado por Wittgenstein conforme sua articulação com alguns temas de sua filosofia, a maioria dos quais já foram abordados no capítulo anterior. São os seguintes esses contextos ou temas:

- (a) definição ostensiva;
- (b) (in)determinabilidade ou (in)exatidão do sentido;
- (c) seguimento de regra;
- (d) sentido de um texto;
- (e) percepção de aspectos;
- (f) nonsense filosófico.

Antes, contudo, é preciso fazer três ressalvas: em primeiro lugar, as fronteiras entre os contextos propostos não são rígidas, podendo haver interpenetração entre os temas. Em segundo lugar, nem todos os contextos em que a interpretação é mencionada por Wittgenstein serão considerados, ficando de fora em especial as passagens em que ele discute a interpretação ligada à questão de se *pretender algo*, por fugir do objetivo desse trabalho.²⁴ Finalmente, o parágrafo 201 das IF, central para este estudo, foi deixado deliberadamente para ser analisado em separado, no capítulo cinco.

²⁴ Aponto aqui os parágrafos para interessados no assunto: §§ 591, 634, 637-8, 652-3, 656 (em que Wittgenstein nos convida a olhar vivências e sentimentos como *interpretações do comportamento expresso*; v. Hacker, 1997, p.669) e II, p.216 (em que Wittgenstein fala da *intenção interpretada como acompanhamento da ação*), todos das *Investigações Filosóficas*; além do § 231 das *Fichas* (Zettel), quando Wittgenstein fala que “A intenção parece interpretar, fazer a interpretação final”.

4.1.

A definição ostensiva pode ser interpretada em cada caso como tal e diferentemente (IF § 28)

Como foi mencionado no capítulo anterior, a questão da interpretação surge, entre outras coisas, para demonstrar a falibilidade da definição ostensiva das palavras. Ao contrário do que parecia ser dado como certo, o gesto dêitico não comporta apenas uma interpretação, mas várias. Daí a possibilidade de uma *má interpretação* do apontar, já que, em cada caso, a definição ostensiva pode ser interpretada “de tal e tal maneira” (IF § 28). De acordo com a visão agostiniana da linguagem, se o indivíduo conhece o objeto que uma certa palavra denota, então ele entende a palavra, está *de posse* de seu significado. Sob essa perspectiva de linguagem, explicar o significado de uma palavra supõe apenas mostrar a coisa que ela designa. Como a única preocupação é com a denotação, então parece que a categoria a que pertence a expressão ostensivamente definida pode ser *adivinhada*. É o que ocorreria, por exemplo, com o indivíduo que chega em terras estrangeiras e que, muitas vezes, tem de *interpretar* o gesto dêitico dos falantes nativos:

Quem chega a um país estrangeiro aprenderá muitas vezes a língua dos nacionais por meio de elucidações ostensivas que estes lhe dão; e precisará freqüentemente *adivinhar* a interpretação dessas elucidações, muitas vezes correta, muitas vezes falsamente.

E agora podemos dizer, creio: Santo Agostinho descreve o aprendizado da linguagem humana como se a criança chegasse a um país estrangeiro e não compreendesse a língua desse país (IF § 32).

O argumento wittgensteiniano demonstra que, nesse caso, embora alguém possa até adivinhar o significado das definições ostensivas, esse modelo tem de pressupor um critério pelo qual a adivinhação será julgada como certa ou errada. Assim, Wittgenstein mostra, mais uma vez, que entender uma expressão lingüística não é apenas saber o que ela nomeia. O critério para se *adivinhar corretamente* está baseado no uso posterior da expressão pelo estrangeiro, e pelas respostas que obtiver ao seu uso. A partir daí é que ele poderá observar se seu

palpite é confirmado pelos falantes nativos através da maneira como utilizam aquela expressão.²⁵

Um dos exemplos que transcrevi anteriormente foi aquele em que Wittgenstein critica a afirmação de que o número *dois* pode ser definido perfeita e exatamente ao se apontar para duas nozes (Baker & Hacker, 1984, p.81). Os números são exemplares para mostrar a precariedade de se determinar ostensivamente alguma coisa, porque o aprendiz não tem como saber o que o outro quer enfatizar com seu gesto dêitico – ele poderia imaginar, por exemplo, que é o grupo de nozes que está sendo definido (3.2.1).

No parágrafo 29 das IF, o interlocutor imaginário de Wittgenstein defende a idéia de que a especificação do tipo ou da categoria do que está sendo apontado (número, por exemplo) pode ser suficiente para afastar mal-entendidos relacionados à definição ostensiva:

Talvez se diga: o dois só pode ser definido ostensivamente *assim*: “Este *número* chama-se ‘dois’”. Pois a palavra “número” indica aqui em qual *lugar* da linguagem, da gramática, colocamos a palavra (IF § 29).

Segundo o interlocutor imaginário, o fato de que toda definição ostensiva sem a especificação de uma categoria pode ser mal interpretada mostraria que tal especificação é necessária para que a definição fique completa.

Wittgenstein imediatamente critica seu interlocutor, porque isto significaria dizer que está incompleta a definição ostensiva que não especifica a categoria do que está sendo definido. Contudo, a definição *Isso é azul* não é menos perfeita do que *Essa cor é azul*, quando se quer mostrar um padrão do uso de *azul*. Além disso, de acordo com o raciocínio do interlocutor, o aprendiz teria que entender a explicação *completa* primeiro, para, depois, compreender a que é supostamente incompleta – o que não acontece de fato. Essa necessidade de especificação é enganosa, até porque o entendimento correto de um termo categorial pode variar de acordo com os propósitos do falante.

Com efeito, *nenhuma explicação é um antídoto contra má interpretação* (Baker & Hacker, 1984, p.84-5): o próprio termo categorial (*cor*) pode não ser entendido ou ser mal compreendido e, também ele, precisar de uma explicação. A

²⁵ Neste parágrafo, Wittgenstein também anuncia a discussão que se aprofundará mais tarde

especificação da categoria do objeto pode vir a esclarecer a definição ostensiva em alguns casos, mas não é uma garantia de sucesso. Como foi visto no capítulo anterior, há várias formas possíveis de explicação, cada qual valiosa para determinado caso. Conforme nos diz o próprio Wittgenstein a esse respeito:

E podemos assim evitar mal-entendidos, dizendo: “Esta *cor* chama-se assim-assim”, “Este *comprimento* chama-se assim-assim”, etc. Isto é, mal-entendidos são muitas vezes evitados desse modo. Mas concebe-se apenas assim a palavra “cor” ou “comprimento”? – Ora, devemos na verdade elucidá-las. – Portanto, elucidar por meio de outras palavras! E o que ocorre com a última elucidação dessa cadeia? (Não diga “Não há nenhuma ‘última’ elucidação”. É exatamente o mesmo que dizer: “Não há nenhuma última casa nesta rua; pode-se sempre construir mais uma”) (IF § 29).

Este é um ponto de fundamental importância para esse estudo sobre a interpretação e, por isso, será retomado no próximo capítulo. Wittgenstein discute com seu interlocutor como elucidar as categorias *cor* e *comprimento*. Porque se a interpretação for a substituição de uma expressão lingüística por outra, que, por sua vez, precisará também ela de uma interpretação, este processo levaria a um regresso ao infinito. Dizer que não há uma última elucidação dá margem para que o jogo não tenha fim, e que o objetivo de se elucidar uma expressão lingüística se perca no meio do caminho.

Por ora, cabe ressaltar em resumo algumas conclusões valiosas para esta dissertação. Em primeiro lugar, fica claro que a interpretação não é uma questão de adivinhação, como se o interlocutor tivesse que conjecturar sobre as intenções do falante para lançar sua sorte, qual num jogo de azar. Um segundo ponto importante levantado é que não se tem como controlar de antemão a possibilidade de mal-entendidos, ou seja, sempre pode haver má interpretação; nenhuma explicação adicional que se possa dar exclui essa possibilidade, como vimos no exemplo dado no parágrafo 29 das IF. Finalmente, há de se considerar a questão levantada no parágrafo anterior. A elucidação – e, como veremos, também a interpretação – chega a um fim. Ela mesma é um ato e não uma mera troca abstrata de significantes que remeteriam a outros significantes, sem cessar. Dizer que uma casa sempre pode ser construída em uma rua e que, portanto, aquela que vemos não é a última, é querer apreender o jogo de linguagem, por assim dizer, *de*

nas IF sobre o argumento da *linguagem privada*, no qual não me deterei.

fora. É querer estar num sobrevôo impossível e atemporal em que se descobrisse qual será a última casa da rua que, por ora, ainda não existe.

Agora, peço que voltemos à questão, levantada no capítulo anterior, sobre a tensão entre a vagueza e determinabilidade do sentido: em que isto afeta a interpretação e seus limites?

4.2. (In)determinabilidade ou (in)exatidão do sentido

Vimos que, dentro da perspectiva anti-representacionista preconizada na concepção de linguagem de Wittgenstein, não há espaço para se pensar que a uma expressão qualquer da linguagem possa corresponder intrinsecamente um significado único e fixo – qualquer expressão é, ao contrário, passível de múltiplas interpretações/compreensões. Isso posto, uma pergunta cabível seria: há *algum* sentido dentro dessa perspectiva em que possamos considerar *completa* ou *exata* a interpretação de um signo verbal?

É útil no contexto dessa indagação levarmos em conta as considerações de Wittgenstein sobre o jogo entre a exatidão e a inexatidão do sentido na linguagem. Como já foi dito no capítulo anterior, um dos aspectos importantes de sua perspectiva da linguagem é salientar que *nada está encoberto*: aquilo que sabemos sobre o significado de uma expressão jamais pode exceder ou ultrapassar aquilo que somos capazes de tornar público a seu respeito – isto é, jamais pode ultrapassar nossa capacidade de *explicar* o nosso entendimento.

Como lá mencionado, uma explicação com base em exemplos não seria, para os filósofos tradicionais, tão válida quanto uma definição analítica. Isso porque esse tipo de definição não daria a tranquilidade exigida e só suprida pela definição analítica dos conceitos. Entretanto, também conforme já foi visto, cada tipo de explicação tem uma finalidade e serve para cada caso. Para Wittgenstein, a compreensão também pode ser explicada na forma de exemplos; o fato eventual de que não sejamos capazes de explicá-lo de outra forma não desqualifica ou torna “incompleta” a nossa explicação. Nas palavras do filósofo austríaco:

“Mas a compreensão não vai mais longe que os exemplos?” – Uma expressão muito estranha, e tão natural!

– Mas isto é *tudo*? Não existe uma elucidação ainda mais profunda? Ou a *compreensão* da elucidação não precisa ser mais profunda? – Tenho eu próprio uma compreensão mais profunda? *Tenho* mais do que o que dou na elucidação? – De onde vem então a sensação de que tenho mais?

Não é como se eu interpretasse o não limitado como comprimento que ultrapassa todo comprimento? (IF § 209).

Como foi observado no capítulo três, Sócrates defendia a idéia de que a explicação conceitual precisa de mais do que alguns exemplos elucidativos. Julgava necessário procurar uma essência, uma lógica subjacente à linguagem ordinária para se chegar ao *verdadeiro* entendimento de um signo verbal. Assim, parece que, para se dizer que ele é interpretado ou compreendido de maneira exata e completa, tem-se que ir mais fundo, mergulhar atrás de paraísos artificiais e mundos ideais. Contudo, o que Wittgenstein afirma é que não há elucidação mais profunda. Querer mais do que se pode dar é *ultrapassar* – muitas vezes, exemplos é tudo o que se pode ter.

Quando se explica algo através de uma série de exemplos, está-se dizendo que tal coisa acontece aqui e *o mesmo* ocorre lá. Dessa maneira, também se explica o que *o mesmo* significa através de exemplos.

Concomitantemente, a explicação por meio de exemplos parece de alguma forma sempre apontar para além dos exemplos: tem-se a impressão de que uma infinidade de outras amostras poderia ser dada, e que só não o seria por uma questão prática. Então parece natural pensar que o entendimento de *o mesmo* deve ir além de todos os exemplos dados (Baker & Hacker, 1988, p.196). Igualmente *e assim por diante* reforça esta idéia de naturalidade, já que indica que o fim dos exemplos não mostra o limite de sua aplicação. Esta concepção pode abrir espaço para que se considere a explicação feita através de exemplos como uma expressão incompleta do conhecimento daquele conceito. Expressões como *e em outros casos análogos* ou *e assim por diante*, que acompanham os exemplos, podem dar a sensação de alguma coisa não dita – como se o outro fosse capaz de desfiar mais uma série de exemplos caso pressionado.

Dessa forma, o interlocutor de Wittgenstein alega que a explicação por meio de exemplos parece não ser tudo o que se tem. Deve haver uma explicação *mais profunda*. A explicação através de exemplos deve ser provisória, enquanto ainda não se descobre uma definição não formulada que vai expressar completamente o

conhecimento sobre aquele conceito. As explicações para a expressão *o mesmo* não pareceriam sob sua ótica ter natureza distinta; padeceriam do mesmo defeito.

Como já tive oportunidade de mostrar no capítulo terceiro, para Wittgenstein tal raciocínio está totalmente equivocado porque incorpora uma concepção errada de *compreensão*, como se esta fosse uma espécie de reservatório, e não uma capacidade. Diminui assim as nossas chances de perceber como uma série de exemplos pode funcionar *como um correlato de uma interpretação correta*. *A compreensão é completamente expressa na explicação que se pode dar* (IF § 75): na descrição de exemplos e indicações de sua trajetória. Se alguém tiver uma compreensão *mais profunda* do que está dizendo, então deve ser capaz de verbalizá-la, uma vez que não há nada que eu comunique a mim mesma que não possa comunicar aos outros.

De acordo com a metáfora wittgensteiniana, a impressão de que parece haver algo mais profundo nas explicações é como confundir um comprimento ilimitado com um comprimento enormemente grande, como se ser ilimitado fosse ter um comprimento maior do que qualquer outro. Compreender uma expressão explicada por exemplos seguida de um *e assim por diante* é dominar uma técnica de aplicação (uma possibilidade) – “Flui a conversação, a aplicação e a interpretação de palavras, e as palavras apenas têm sentido no seu fluxo” (*Fichas* § 135). Contudo, essa capacidade de compreender é vista como se o sujeito dominasse a aplicação de uma série infinita de casos, como se soubesse algo mais profundo.

Então parece que há algo de essencial que escapa àquelas elucidações com base em exemplos:

“Mas você elucida para ele realmente o que você compreende? Você não o deixa *adivinhar* o essencial? Você lhe dá exemplos – ele porém, deve adivinhar sua tendência, adivinhar, pois, sua intenção.” – Toda elucidação que posso dar a mim mesmo dou-a também a ele. – “Ele adivinha o que quero dizer” significaria: pairam em seu espírito diferentes interpretações de minha elucidação e ele se decide por uma delas ao acaso. Ele poderia nesse caso perguntar e eu poderia, e iria, responder-lhe (IF § 210).

Na visão do interlocutor, um aprendiz, por exemplo, teria que adivinhar onde seu professor quer chegar com a série de exemplos que dá sobre algo, quer dizer, teria que conjecturar como ele espera que seus exemplos sejam entendidos.

Novamente, Wittgenstein avança casas no sentido de demonstrar que não há nada encoberto, obscuro: a elucidação de que me sirvo é a mesma que utilizo para esclarecer o outro. O sujeito que está fornecendo a explicação não guarda para si uma explicação superior para a série de exemplos.

O interlocutor imaginário de Wittgenstein parece se comprometer com a idéia de que há uma essência escorregadia e inalcançável cujo conteúdo o falante não é capaz de transmitir – o que obrigaria o outro a apenas imaginar sobre seu verdadeiro sentido. Entretanto, de acordo com a perspectiva wittgensteiniana de linguagem, aquilo que pode ser *adivinhado* pode ser *falado*. *Adivinhar* o que o outro quer dizer envolve revelar uma interpretação – uma dentre várias possíveis. Ainda neste caso, haveria a possibilidade de se perguntar o que o interpretante quer dizer com sua interpretação, e ele poderia responder. Conforme esclarecem Baker & Hacker a esse respeito, “nada precisa ser deixado como não dito; nenhum aspecto do que se entende é inefável. Também a adivinhação não pode ir além do que pode ser falado” (1988, p.199).

No contexto deste estudo, é importante observar que, ao desmistificar a suposta inefabilidade e mistério envolvidos nos processos de compreensão, Wittgenstein ao mesmo tempo parece sugerir a inadequação de se tomar a interpretação como uma seleção mental entre alternativas possíveis: atribuindo provocativamente ao seu interlocutor a idéia de que, quando alguém compreende algo, *pairam em seu espírito diferentes interpretações* [*various interpretations... come to his mind*] ele nos convida a questionar se, de fato, a compreensão supõe que várias interpretações sejam pensadas e, então, uma seja escolhida. *Basta* que se esteja ciente de que diferentes interpretações são *possíveis*; o *ato* que revela a interpretação não supõe um cotejo entre as opções disponíveis (este ponto também será retomado mais tarde, no capítulo cinco).

Uma vez que o sentido é indeterminado, melhor dizendo, que sua determinação não é jamais absoluta, múltiplas são as interpretações possíveis para um mesmo signo lingüístico. Entretanto, se a quantidade de interpretações que um sujeito pode fazer é (potencialmente) infinita, isto não quer dizer que toda interpretação que faz deva necessariamente ser vista como *incompleta*: pois pensar assim seria medir as interpretações de acordo com um parâmetro de completude de que simplesmente não dispomos. Sob uma perspectiva wittgensteiniana, não se pode, pois, como fez recorrentemente a tradição de

inspiração socrática, adotar como critério para a correção de uma interpretação noções superlativas de completude ou exatidão. Pois, já foi reconhecido no capítulo anterior, “um ideal de exatidão não está previsto” (IF§ 88).

Pois bem, apesar de que oposições metafísicas tradicionais como completude/incompletude ou exatidão/inexatidão não pareçam configurar em si bons critérios ou parâmetros para pensarmos a questão da validade das interpretações, isso não nos autoriza a concluir que dentro de uma perspectiva não-representacionista, todas as interpretações sejam igualmente válidas.

Para concluir, podemos dizer em resumo que a discussão levantada nesta seção enriquece o debate acerca dos limites da interpretação nos seguintes pontos. Os parâmetros metafísicos de exatidão ou completude não servem para estabelecer quais interpretações podem ser aceitas dentro de um jogo, já que tais conceitos têm como modelo um ideal de que não dispomos – visto que o sentido dos termos *exatidão* e *completude* também depende do jogo em que estiverem inseridos. Isso não impede, no entanto, que se possa em um sentido não metafísico atribuir exatidão ou completude a uma interpretação – e o que é mais importante, isso não equivale a considerar *ilusória* a exatidão ou completude eventualmente atribuída. É fácil imaginar casos em que se exija uma interpretação exata: uma prova de múltipla escolha, por exemplo. Mas aí ficam tipicamente esclarecidos os parâmetros de exatidão que se exigem dos alunos. Outra questão levantada é que a interpretação, ao modo da explicação, não é inefável. Isto é, tudo que posso interpretar para mim posso, também, comunicar aos outros. Além disso, um ponto ao qual retornarei no próximo capítulo diz respeito à idéia de que, ainda que várias interpretações sejam possíveis, não é necessário que uma escolha mental entre várias alternativas verdadeiramente se passe para que haja compreensão. Isto quer dizer que, em muitos casos (talvez a maioria deles), não interpretamos – aqui no sentido de uma operação de segunda ordem, em casos especiais –, mas simplesmente continuamos com o jogo como estamos habituados a fazer.

Na próxima seção, veremos como pode haver mal-entendidos no seguimento das regras da linguagem – e de que maneira critérios de concordância e julgamento podem dizer que se estava seguindo uma regra correta ou erradamente.

4.3. Seguimento de regra

Quando terminei a seção sobre gramática no capítulo anterior (3.2.3), a pergunta era: o que exatamente é preciso para que o uso de uma palavra esteja em conformidade com sua gramática? Aqui, novamente, a questão pode ser recolocada, ainda que em termos um pouco diferentes: como avaliar se o emprego de um signo verbal respeita a sua gramática ou redundante de uma *má interpretação* da mesma? Como há várias interpretações *possíveis*, como saber se todas elas, ou quais delas, são *cabíveis*? Porque, se pode haver má interpretação para se seguir uma regra, como saber agir em conformidade com ela?

Partindo-se do pressuposto de que as regras da linguagem não são entidades transcendentais, de que não *forçam* os jogadores a segui-las de maneira unívoca e infalível – já que várias interpretações são possíveis –, então uma interrogação que pode surgir diz respeito ao modo como os jogadores vão com alguma segurança da regra à ação. Reconsiderando o parágrafo 210 das IF transcrito na seção anterior, vimos ali que *adivinhar* o que o explicador quer dizer está fora de cogitação.

Vimos também que a explicação através de exemplos seguida de *o mesmo* pode ser confundida com um apontar para fora dos limites do que pode ser dito. Contudo, parece haver um paradigma para *continuar com o mesmo* – continuar uma série 1 2 3... ou 2 2 2..., por exemplo (IF § 214). Segundo Wittgenstein, pode ser tentador supor que dispomos de algum tipo de amostra que se consulta para constatar que, ao fazer *isto*, está-se fazendo *o mesmo* que antes. De fato, para Wittgenstein, as séries com 4 5 6... ou 2 2 2... *são* paradigmas para continuar do mesmo jeito, de forma *igual*.

Nenhuma definição, explicação ou regra está imune à má interpretação ou ao mal-entendimento. Assim como o apontar parece estar protegido de qualquer interpretação errada, também a igualdade, insinua Wittgenstein, parece ser um porto seguro. E, no entanto, isso não se mostra dessa forma:

Mas, pelo menos, igual não é *igual*?

Parece que temos na igualdade de uma coisa consigo própria um paradigma infalível para a igualdade. Diria: “Aqui não pode haver diferentes interpretações. Se ele vê uma coisa diante de si, vê também igualdade”.

Assim, pois, duas coisas são iguais quando são como que *uma única* coisa? E como devo aplicar o que *uma* coisa me mostra para o caso de duas? (IF § 215).

Mais uma vez, Wittgenstein desmistifica a idéia de se poderem levantar fortalezas contra a possibilidade de interpretações equivocadas. O ponto importante a ressaltar aqui é, no entanto, que a possibilidade de mal-entendido tampouco é afastada por qualquer passo intermediário entre a regra e a ação. De fato, tem-se a – errônea – impressão de que a interpretação de uma regra vá satisfazer os pressupostos para que ela seja seguida sem atropelos. Mas, ainda aqui, isto também não acontece. Nada garante que a interpretação de uma regra não vá ser igualmente equivocada. O surpreendente é que, ainda assim, nos usos cotidianos da linguagem geralmente não interpretamos mal. No dia-a-dia, interpretamos (ou compreendemos) um pedido, uma ordem etc., sem maiores problemas. Somos *ensinados* de tais e tais maneiras e, assim, quando nos vemos diante de uma regra para a qual aquele ensinamento foi dirigido, nós *agimos*:

Seguir uma regra é análogo a: seguir uma ordem. Somos treinados para isto e reagimos de um determinado modo. Mas que aconteceria se uma pessoa reagisse desse modo e uma outra de outro modo a uma ordem e ao treinamento? Quem tem razão?

Imagine que você fosse pesquisador em um país cuja língua lhe fosse inteiramente desconhecida. Em que circunstância você diria que as pessoas ali dão ordens, compreendem-nas, seguem-nas, se insurgem contra elas, e assim por diante? O modo de agir comum a todos os homens é o sistema de referência por meio do qual interpretamos uma linguagem desconhecida (IF § 206).

Wittgenstein examina as concordâncias no contexto de uma *forma de vida*. Ele faz uma analogia entre seguir uma regra e obedecer a uma ordem (analogia já feita em outros parágrafos, como os §§ 185 e seguintes e 199 das IF): fomos treinados a seguir uma regra assim como fomos treinados para reagir a uma ordem.

Todavia, Wittgenstein lança a hipótese de as pessoas reagirem de formas diferentes a uma ordem e ao treinamento. Mas ele mesmo responde a essa suposição logo em seguida, ao imaginar um estrangeiro num país cuja língua não domina. A referência que o estrangeiro terá para interpretar a língua desconhecida será *o modo de agir comum a todos os homens*. É preciso que haja *alguma* regularidade neste modo de agir, caso contrário não existirá qualquer entendimento (Baker & Hacker, 1988, p.186-7). Haveria uma confusão de línguas

que, sem regras, só produziriam sons, mas estes não seriam reconhecidos como uma *linguagem* (retomarei esse ponto no próximo capítulo).

Mas então, conforme a discussão anunciada brevemente no capítulo três, deve-se *interpretar* uma regra para agir em conformidade com ela?

“Como pode uma regra ensinar-me o que fazer *neste* momento? Seja o que for que faça, deverá estar em conformidade com a regra por meio de uma interpretação qualquer.” – Não, não deveria ser deste modo, mas sim deste: cada interpretação, juntamente com o interpretado, paira no ar; ela não pode servir de apoio a este. As interpretações não determinam sozinhas a significação.

“Seja o que for que eu faça está, pois, de acordo com a regra?” – Permita-me perguntar: o que tem a ver a expressão da regra – digamos o indicador de direção – com minhas ações? Que espécie de ligação existe aí? – Ora, talvez esta: fui treinado para reagir de uma determinada maneira a este signo e agora reajo assim (IF § 198).

Nesta conversa que Wittgenstein trava com seu interlocutor imaginário, é questionada a conveniência da idéia de que interpretamos uma regra para segui-la. O problema é que, além da possibilidade de mal-entendimento, de má interpretação da regra (que vem sendo discutida ao longo deste trabalho), parece ser sempre possível formular uma interpretação que justifique o mal-entendido.

Cabe aqui voltar aos parágrafos 185 e 186 das IF, onde Wittgenstein fornece um exemplo de má compreensão de uma regra. O exemplo consiste em se pedir a um aluno que continue uma série (com +2) a contar de 1000. No entanto, a resposta do menino ao pedido é escrever 1000, 1004, 1008, 1012... O garoto entendeu mal a regra fornecida pelo professor, mas, ao mesmo tempo, continuou a série de acordo com a regra como ele próprio a interpretou. Assim, pode-se ter a sensação de que *seja o que for que se faça*, esse agir poderá estar de acordo *com a regra por meio de uma interpretação qualquer*, ou seja, qualquer ato estará de acordo com uma dada regra (Taylor, 1992, p.144-7). E se qualquer interpretação acaba sendo validada, então não haveria mais que se falar em seguir uma regra.

Wittgenstein nega esta conclusão: *a interpretação e o interpretado pairam no ar*. O interlocutor wittgensteiniano se mostra confuso com o problema filosófico de passar de um símbolo (uma regra) para uma ação. Wittgenstein localiza seu erro: o interlocutor pressupõe que deve haver uma interpretação que faça a ponte entre a regra e o agir segundo a regra. Todavia, a interpretação de regras não determina a significação – a interpretação *não* é a escolha mental de uma possibilidade, a correta, entre outras. A interpretação, nesse sentido, é só uma

outra formulação da regra – e, dessa forma, não está *mais perto* da ação do que estava a formulação de regra original: se a última formulação fica no ar, a primeira também fica. Trata-se de um argumento que já nasce equivocado, uma vez que o quebra-cabeça do interlocutor é ilusório. Os significados das regras estão no *uso*.

Afirmar que *Seja o que for que eu faça está, pois, de acordo com a regra* é um absurdo auto-evidente. Se assim fosse, minha ação não teria nada a ver com a expressão da regra. E, no entanto, *há* uma ligação entre a expressão da regra e minhas ações. Não existe uma formulação de regra independentemente do uso de suas expressões. Somos *treinados* para agir de tais modos à expressão de uma regra.

Wittgenstein (como em alguns outros momentos das IF) faz uma comparação compreensível entre seguir uma regra e seguir uma placa – ou um *indicador de direção*, se se preferir. Entretanto, não se deve atribuir ao domínio da técnica de seguir uma placa algum caráter behaviorista: é ensinado que seguir a placa *dessa* maneira está certo, enquanto seguir de outra forma está errado. Conforme esclarecem Baker & Hacker, “aprende-se que uma placa é uma *razão* para agir (não uma causa que induz uma resposta condicionada)” (1988, p.134). O parágrafo 85 é um dos que apresenta esta confrontação de uma regra com um indicador de direção. Wittgenstein está questionando se uma regra pode sempre deixar dúvidas quanto a sua aplicação – por exemplo, uma placa não deixa nenhuma dúvida sobre o caminho que devo seguir? E ainda que houvesse conjuntos sucessivos de placas na tentativa de sanar qualquer confusão, como se uma *explicasse* a anterior, ainda caberia a pergunta: “haveria para elas apenas uma interpretação?” (IF § 85).

Aí voltamos àquele ponto em que Wittgenstein atenta para o cuidado que se deve ter com as interpretações: elas podem levar a um regresso ao infinito. Como examinamos no capítulo anterior, é sempre possível se interpretar uma regra através de outra, o que pode continuar infinitamente, sem se chegar a uma solução. Este ponto fulcral, em torno do qual a concepção de interpretação parece girar, será retomado no capítulo quinto, em que veremos por que Wittgenstein não cai nessa teia de remetimentos de interpretações.

Nesta seção encontramos, de início, um movimento na mesma direção da seção 4.1: uma tentativa de se prevenir mal-entendidos ou má interpretações. Se

ali o porto-seguro estaria no gesto dêitico, aqui ele seria encontrado na igualdade. Ambos parecem a princípio não comportar mais do que uma interpretação possível. Wittgenstein, nesse caso, insiste que é sempre possível mais de uma interpretação, mas afirma que temos parâmetros legítimos para dizer que o indivíduo interpretou mal – ou compreendeu mal. Como foi visto, dentro de nossas práticas adquirimos critérios para continuar uma série, seguir com o mesmo etc. Nesse sentido, os limites para a interpretação estão no *modo de agir* dos falantes (IF § 206). É com base em regularidades encontradas na maneira como uma comunidade lingüística age de acordo com suas expressões que se pode aferir o que são ordens, pedidos, preces, em tal comunidade. Outra concepção de suma importância para este trabalho apresentada aqui diz respeito à idéia de que a interpretação não define a significação. Uma vez que sempre há a possibilidade de má interpretação, se coubesse a uma interpretação decidir, sozinha, o sentido do que quer que fosse, aquela regularidade a que acabamos de nos referir estaria comprometida – e, com ela, toda a concepção de linguagem, que é, ela mesma, um fenômeno regulado. Nesse sentido, tampouco é iluminador pensar na interpretação como um ato intermediário entre a regra e a ação.

Agora veremos outros pontos relevantes para este estudo sobre interpretação, em que Wittgenstein, aproximando-se da tradição hermenêutica, faz considerações acerca da significação de textos.

4.4. Sentido de um texto

Um critério para se avaliar se houve *compreensão* pode ser dado, conforme observado, através da capacidade de se explicar o sentido de determinada expressão lingüística. Um tipo de explicação possível é a paráfrase. É ao poder de parafrasear que Wittgenstein se refere no parágrafo que se segue, quando se refere à compreensão de poemas – quer dizer, quando ele considera que poemas não podem ser parafraseados:

Falamos da compreensão de uma frase no sentido em que ela pode ser substituída por uma outra que diz a mesma coisa; mas também no sentido em que não pode ser substituída por nenhuma outra. (Tampouco quanto um tema musical por um outro.)

Num caso, é o pensamento da frase que é comum às diferentes frases; no outro, é algo que apenas essas palavras, nessa posição, expressam. (Compreensão de um poema.) (IF § 531).

A noção de compreensão é fluida: há diferentes tipos e graus de compreensão (Hacker, 1980, p.334). Em muitas ocorrências – sendo a poesia um caso paradigmático –, pode acontecer de não haver entendimento se o interpretante partir do pressuposto de que uma expressão lingüística é sempre substituível por uma paráfrase determinada. Todavia, perceber que uma palavra cabe num dado contexto, mas que um sinônimo seu não, é também uma forma de compreensão. No poema, por exemplo, outros fatores estão envolvidos que não o *sentido* de uma palavra: ritmo, aliteração, assonância ou dissonância etc., que podem fazer daquela palavra, naquele lugar, insubstituível.

Ainda que de forma breve, Wittgenstein fornece uma pista de como pode ser entendida sua concepção estética de poesia. A arte (um tema musical, um poema), assim, seria alguma coisa compreensível, ao mesmo tempo em que não pode ser parafraseada. A compreensão de um poema, por exemplo, envolve o saber de que o que está sendo ali expresso só adquire determinado fim e efeito porque dito com tais e tais expressões, desta ou daquela maneira.

Contudo, se toda arte não pode ser parafraseada, seu inverso não é verdadeiro, ou seja: nem tudo que não é passível de paráfrase é arte. Seria um engano supor que essa faceta da compreensão só acontece em empregos literários ou estéticos da linguagem (Hacker, 1980, p.334). Afinal, o fato de que rimos com trocadilhos mostra nossa experiência com o sentido das palavras – com suas (insubstituíveis) significâncias.

A compreensão, de acordo com o parágrafo 531 das IF, abarca duas gramáticas que, embora pareçam excludentes são, na verdade, duas faces do mesmo dado. Por um lado, o critério de entendimento de uma expressão lingüística pode ser dado através de uma habilidade para se explicá-la de outra forma. Por outro, e concomitantemente, compreender também implica em saber que o que está sendo dito não pode ser feito com outras palavras, de outra maneira: cada uma daquelas palavras é crucial para se conseguir aquele efeito. Quer dizer, no primeiro caso, o indivíduo mostra que compreendeu ao ser capaz de substituir determinada expressão por uma paráfrase; enquanto que, no segundo, o sujeito prova sua compreensão ao explicar o porquê de nenhuma outra palavra

causar a mesma nuance de sentido, imprimir o mesmo ritmo etc. Com isso, Wittgenstein não fornece duas significações incompatíveis de *compreender*, mas aposta fichas na idéia de que essas espécies de uso do verbo em questão formam seu significado – ou, se se preferir, compõem o conceito de compreensão na sua fluidez (IF § 532).

A partir dessas gramáticas de compreensão vistas acima, pode-se agora investigar esta outra passagem interessante sobre compreensão, em que Wittgenstein também discute a leitura e sua interpretação (v. IF §§ 156-178):

Mas imagine este caso: damos a alguém, que pode ler corretamente, um texto que jamais viu antes. Ele nos lê – mas com a sensação de dizer algo que aprendeu de cor (isto poderia ser o efeito de uma droga). Diríamos, em tal caso, que ele efetivamente não lê o trecho? Consideraríamos válidas aqui suas sensações como critério para saber se lê ou não lê?

Se apresentamos uma série de signos escritos, que não precisam pertencer a nenhum alfabeto existente, a uma pessoa que se encontre sob a influência de uma certa droga, ela pronuncia palavras de acordo com o número de signos, como se os signos fossem letras, e aliás com todos os traços característicos exteriores e sensações da leitura. (Experiências semelhantes temos nos sonhos; depois de acordar, diz-se, por exemplo: “Parecia que eu lia os caracteres, se bem que não eram caracteres, de modo algum!”) Em tal caso, muitos estariam inclinados a dizer que a pessoa *lia* esses signos. Outros, que não lia. – Suponha quatro signos como ALEM – em seguida, mostramos-lhe os mesmos signos na ordem inversa e ela lê MELA; e, nos testes seguintes, ela mantém sempre a mesma interpretação dos signos; aqui nos inclinaríamos a dizer que ela preparou para si *ad hoc* um alfabeto e que ela lê segundo esse alfabeto (IF § 160).

Este parágrafo afeta mais esse estudo pela maneira como a interpretação aparece ligada à *leitura*. A leitura, pelo que se depreende, também é uma atividade guiada por *regras*. Ler, como compreender, é uma capacidade. Para Wittgenstein, a diferença entre uma pessoa que lê e uma que finge estar lendo é que a primeira extrai do texto aquilo que ele diz. Ao mesmo tempo, qualquer tentativa de se apreender a essência dessa *extração* é frustrada pela multiplicidade de circunstâncias que a envolvem (Glock, 1998, p.93). Porque o fato de o leitor retirar algo do texto – e poder, inclusive, reconstituí-lo com suas próprias palavras – não depende de nada que tenha ocorrido à sua mente no momento em que estava lendo. Por isso, as experiências simultâneas tanto à leitura como ao fingimento de que se está lendo não são nem necessárias nem suficientes para a efetivação tanto da leitura quanto da sua simulação. Tampouco elas são critérios para se dizer que

alguém de fato leu um texto, ou fingiu que o leu (Baker & Hacker, 1984, p.295). O que o leitor é capaz de fazer com o texto – como parafraseá-lo – é que serve de critério para se saber se ele foi lido de fato ou se apenas houve fingimento.

Estas passagens apontam para o que vou querer mostrar no capítulo quinto: a interpretação não é bem compreendida como um signo abstrato que substitui outro signo – e, além disso, ela tem um fim. Como explica Glock:

Podemos interpretar qualquer formulação de regra de diferentes maneiras, e temos de interpretá-la de alguma forma se ela é ambígua ou pouco clara. Isso não significa, no entanto, que a interpretação se estenda para sempre, mas apenas que aquilo que, para nós, é a interpretação final não necessariamente o é (1998, p.317).

Exemplo disso é que o critério para se verificar se alguém de fato leu um texto ou se apenas fingiu que o leu está no que ela pode *fazer* com aquele texto, como uma interpretação final para aquele interpretante. Ainda que um poema não possa ser parafraseado, ele pode ser compreendido e explicado – inclusive sobre a impossibilidade de sua paráfrase.

Nesta seção, vemos Wittgenstein reafirmar a sua idéia de que os critérios para a compreensão são públicos e determinados por nossas práticas – e isso vale no caso de poemas ou de outros textos quaisquer. Digno de nota também é o resgate do uso cotidiano da expressão extrair o que o texto *diz*.

Embora Wittgenstein não tenha dado maiores indicações para se compreender sua concepção estética de poemas (nas suas obras arroladas na nota 23), talvez uma possibilidade a investigar seja que, diante de uma obra de arte, o espectador se coloca de forma diferente, ele *vê diferente*. Esse ponto específico não será levado adiante neste estudo, mas nos conduz a um tema wittgensteiniano que tem relevância especial para a questão da interpretação.

4.6.

Percepção de aspectos

Em muitos casos, a interpretação aparece na obra wittgensteiniana ligada ao seu estudo da *percepção de aspectos* (II parte das IF; v. Glock, 1998; Perloff, 1996). Wittgenstein, coerente com sua própria teoria filosófica, explica o que vem

a ser esta percepção através de um exemplo: “Observo um rosto e noto de repente sua semelhança com um outro. Eu *vejo* que não mudou; e no entanto o vejo diferente. Chamo esta experiência de ‘notar um aspecto’” (IF II, p.192).²⁶ Também ilustra a noção na passagem seguinte – que, embora extensa, entendo ser preciso reproduzir por inteiro à pena de uma *má interpretação*:

Consideremos o que se diz sobre um fenômeno como o seguinte:

Ver a figura F ora como um F, ora como a imagem especular de um F. Quero perguntar: em que consiste ver a figura ora de uma, ora de outra forma? – Vejo de fato as coisas diferentemente, de cada vez? Ou simplesmente *interpreto* o que vejo de uma forma diferente? – Sinto-me inclinado a dizer que é o primeiro caso. *Mas por quê?* Bem, interpretar é um processo. Pode, por exemplo, consistir em alguém dizer “isto *deve* ser um F”; ou em não o dizer, mas em substituir o signo, ao copiar, por um F; ou em considerar: “Que poderá isto ser? Deve ser um F em que aquele que o escreveu se enganou.” – Ver não é uma ação mas um estado. (Uma observação gramatical.) E se nunca li a figura a não ser como um F, ou considerarei o que ela poderá ser, diremos que a *vejo* como um F; isto, se soubermos que pode ver-se diferentemente. Chamar-lhe-ia “interpretação” se dissesse “Isto deve certamente ser um F; aquele que o escreveu fã-los todos assim.”

Pois, de que maneira chegamos ao conceito ‘ver isto como aquilo’? Em que ocasiões se forma, quando há necessidade dele? (Muito freqüentemente na arte.) Onde, por exemplo, se trata de expressar por olhar ou ouvido. Dizemos “Tens de ouvir estes compassos como uma introdução”, “Tens de o ouvir nesta tonalidade.” “Se alguma vez se viu esta figura como... é difícil vê-la de uma outra forma”, “Ouço a expressão em francês ‘ne... pas’ como uma negação em duas partes, e não como ‘não um passo’, etc., etc. Então: trata-se de um caso de ver ou ouvir? Bem, chamemos-lhe assim; reagimos com estas palavras em situações específicas. E reagimos *a* estas palavras novamente com ações específicas (*Fichas* § 208).

Uma certa figura + é vista ora de um jeito, ora de outro. Isto acontece quando se nota, num objeto que está sendo observado, um outro aspecto que antes passara despercebido – e, dessa forma, esse mesmo objeto passa a ser visto *como* outro, diferente (Glock, 1998, p.51). Wittgenstein deu relevo a essa questão da percepção de aspectos também por acreditar que tal fenômeno nos leva a pensar nos problemas concernentes ao conceito de visão. Contudo, sua relação com a visão é apenas uma de suas características. A relação mais direta – e de fundamental importância para esse trabalho – é aquela que tem relevância para a interpretação.

²⁶ Wittgenstein também fala de *interpretar um rosto* – “Diz-se, talvez: ‘Sim, agora compreendo: o rosto é, por assim dizer, indiferente ao mundo exterior’. Interpretamos nele, então, coragem” (IF § 537) e “Conceberei como amistoso, chamarei de ‘amistoso’ um certo sorriso e reagirei de acordo, quando nenhuma circunstância especial alterar minha interpretação” (IF § 539).

Wittgenstein se baseou principalmente na psicologia gestaltista para desenvolver sua discussão. Ele rejeita a explicação reificante de Köhler que sustenta que, no fenômeno da percepção de aspectos, não se vê um único objeto de dois modos, mas dois *objetos* (ou *realidades*) *visuais* diferentes – e transforma, assim, um aspecto em uma entidade mental privada (Glock, *ibid.*, p.52). De acordo com essa concepção de Köhler, o que muda na percepção de aspectos é a organização dos elementos da impressão visual – que, assim como a cor ou a forma do objeto visual, é um traço *pertencente* a esse objeto. Para Wittgenstein, contudo, o que caracteriza este fenômeno é justamente o fato de que nenhum traço específico do campo visual é alterado, ou seja: descrevendo-se a imagem que se vê antes e depois de se perceber a modificação de seu aspecto, sua organização (bem como sua cor e forma) permanecerá a mesma.

Uma explicação seria dizer que o que mudou foi a *interpretação* do objeto visual. E aí se chega ao ponto central na elaboração teórica wittgensteiniana sobre o assunto: a percepção de aspectos é uma questão de visão ou de pensamento? Ou “como é possível que se *veja* uma coisa conforme uma *interpretação*?” (IF II, p.199):

Será que a introspecção me diz se se trata de um caso genuíno de ver ou de interpretar? Antes de mais, tenho de tornar claro perante mim mesmo o que devo chamar interpretação; onde reconhecer se algo se deve chamar um caso de interpretação ou de visão. [*Nota à margem*: ver de acordo com uma interpretação.] (*Fichas* § 212).

O próprio Wittgenstein se pergunta: “Que conseqüências resultam do fato de interpretar isto como aquilo, ou ver isto como aquilo?” (*Fichas* § 213). Sua solução para o impasse entre o ver e o interpretar sustenta que os relatos da percepção de aspectos são exteriorizações, ou seja, reações espontâneas àquilo que é visto. O que muda com a percepção de um aspecto são as atitudes e reações perante o que é percebido, além do que pode ser feito com o que passa a ser visto. Dessa forma, um músico toca um tema musical de outra maneira (como uma introdução, por exemplo) ou lemos um livro *com outros olhos* (*Fichas* § 208). Ao se notar um aspecto, aquilo que foi percebido passa a ser situado em outro contexto, quer dizer, o sujeito distingue novas conexões e estabelece outras comparações que não fazia antes de ter se dado conta desse outro modo de ver.

Para Glock, a resposta de Wittgenstein ao reconhecimento do que se deve chamar um caso de interpretação ou um caso de visão é ambivalente (1998, p.52). Primeiro Wittgenstein diz que há diferentes tipos de percepção de aspectos, dependendo do grau de pensamento envolvido. Dessa forma, de um lado há os aspectos *conceituais*, que supõem a posse dos conceitos relevantes para sua percepção; de outro, tem-se os casos *puramente óticos*, nos quais não é necessário se apelar para conceitos para que os aspectos sejam percebidos:

O que sucede não é que este símbolo não possa ser passível de mais interpretação, mas: eu não interpreto. Não interpreto, porque me sinto familiarizado com a presente imagem. Quando interpreto, passo de um nível de pensamento a outro (*Fichas* § 234).

Wittgenstein nega que o *ver-como* aconteça em toda experiência, a todo o momento. O *ver-como* caberia em casos em que há dois modos diferentes de se perceber um mesmo símbolo qualquer – entretanto, nem todo caso segue este preceito. Por isso, Wittgenstein defende que a percepção continuada de aspectos é peculiar aos objetos como figuras – e, mesmo assim, não são todos. E é negando que toda e qualquer percepção seja de aspectos que ele *nega o mito empirista do dado*, ou seja, a idéia de que o que se apreende imediatamente do mundo são estímulos brutos que, a seguir, são interpretados como alguma outra coisa (Glock, 1998, p.55). Da mesma forma, a percepção de aspectos é *possível* em algumas circunstâncias, mas não acontece o tempo todo.

Mais importante ainda para o presente trabalho é a afirmação de Wittgenstein de que *ver um aspecto* está entre o conceito de *ver* (que é um estado) e o de *interpretar* (que, por sua vez, é uma *ação*):

Vejo realmente cada vez algo diferente, ou apenas interpreto o que vejo de modo diferente? Estou inclinado a ficar com o primeiro. Mas por quê? – Interpretar é um pensar, um agir; ver é um estado.
Ora, os casos em que *interpretamos* são fáceis de reconhecer. Se interpretamos, fazemos hipóteses que podem se revelar falsas (IF II, p.210).

As várias hipóteses feitas através de interpretações devem ser examinadas a fim de se verificar se suas efetivações são possíveis ou não, uma vez que “diferentes interpretações devem corresponder a diferentes aplicações” (*Cultura e valor*, p.65). A percepção de aspectos é mais afeita à interpretação (“Vemos, não a

mudança de aspecto, mas de interpretação”, *Fichas* § 216) se se considerar que: (i) o objeto visual permanece o mesmo; (ii) a imagem percebida é sujeita à vontade do indivíduo: pode-se tentar notar um aspecto ou mantê-lo em foco – e, muitas vezes, conseguir; e (iii) a percepção de um aspecto conceitual faz com que se percebam relações internas de semelhança e dessemelhança entre o objeto visual percebido e outros. Nestes casos, “vê-se em conformidade, não como uma interpretação, mas como um ato de interpretar” (*Fichas* § 217; v. Glock, 1998, p.53).

Outras questões aqui levantadas serão aprofundadas no próximo capítulo. Por exemplo, Wittgenstein diz que “os casos em que interpretamos são fáceis de reconhecer” (IF II, p.210). Isto aponta para o fato de que nem sempre interpretamos. Como tentei desvelar ao menos duas concepções de interpretação quando do início deste capítulo, acredito que uma delas esteja melhor articulada aqui dentro do tema da percepção de aspectos, qual seja, aquela em que a interpretação é um processo que tem lugar em certas situações especiais. Com efeito, como o próprio Wittgenstein afirma: pelo menos por vezes “eu não interpreto” (*Fichas* § 234). Conforme tinha adiantado, nesse caso a interpretação também é uma ação. Ela é um pensar, um agir. E nem sempre é o caso de se dizer que houve uma interpretação.

Para finalizar, cabe agora analisar as considerações de Wittgenstein sobre um campo em que as interpretações são vistas por ele como tipicamente inadmissíveis, um espaço em que a má interpretação parece ser permitida porque camuflada dentro de um espaço institucional – a filosofia. De fato, como vimos, muitos problemas filosóficos, segundo ele, não passam de uma má interpretação. É o nonsense filosófico que veremos a seguir.

4.7. Nonsense filosófico

No parágrafo 193 das *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein explora um equívoco no qual, ao filosofar, muitas vezes incorremos. Seu exemplo repousa no funcionamento de uma máquina. Isto porque, ao observar uma máquina em atividade, o filósofo pode se deixar seduzir pela idéia de que a ação da máquina

esteja *nela* mesmo quando em repouso, desde o início. Dessa forma, dizem os filósofos, seu movimento já seria, de alguma forma, predeterminado. No § 194 das IF (trata-se de um parágrafo, na verdade, muito longo, aqui reproduzido apenas na parte final), uma concepção análoga a esta é investigada: a noção de que movimentos possíveis de uma máquina estão contidos nela própria de algum jeito misterioso (não empírico). Para Wittgenstein, este tipo de idéia ocorre freqüentemente quando se está filosofando. Então, referindo-se àquela discussão aberta no §193 sobre a expressão “A máquina parece conter em si própria seu modo de operação”, Wittgenstein nos diz:

Respeitamos nossa própria forma de expressão no que se refere a estas coisas, mas não as compreendemos e sim as interpretamos mal. Somos, quando filosofamos, como seres selvagens, homens primitivos que ouvem o modo de expressão de homens civilizados, interpretam-no mal e tiram as mais estranhas conclusões de sua interpretação (IF § 194).

A maneira como falamos das máquinas, principalmente os usos de *tem* e *pode* no *presente do indicativo* quando se fala de suas potencialidades, induz essa confusão. Suas possibilidades de movimento são enumeradas de tal forma que esta representação apareça como uma possibilidade mesma de existência ao lado da realidade, como se existisse um estado espectral: “Você interpreta a nova concepção como a visão de um novo objeto. Você interpreta um movimento gramatical que você fez, como um fenômeno quase físico que você observa” (IF § 401). E mais: a possibilidade do movimento parece ser algo ainda mais intimamente conectado com o movimento que se efetiva na realidade já que ela é a possibilidade *só* desse movimento, de nenhum outro mais.

Este é o tipo de reflexão que, segundo Wittgenstein, causa vertigem intelectual.²⁷ O fragmento do parágrafo 194 das IF transcrito acima é uma tentativa de sair desse desvario tendo em foco o uso cotidiano da expressão *possibilidade de movimento* (de máquinas). Wittgenstein demonstra como concepções filosóficas equivocadas nascem de construções mal feitas a partir de

²⁷ São numerosos os casos em que Wittgenstein fala de uma confusão gramatical causar vertigem intelectual. Um deles é quando uma expressão é utilizada de modo intransitivo num jogo de linguagem (i.e., *uma música constrói uma atmosfera*) e transitivo noutro (a atmosfera *diz alguma coisa; tem significado*). É o exemplo do parágrafo 609 das IF, em que Wittgenstein diz: “Interpretação da ‘compreensão’ como atmosfera; como ato anímico”. No comentário de Hacker,

frases comuns. Os filósofos costumam pegar construções gramaticais usuais e desordená-las. No caso dos parágrafos 193-4, por exemplo, eles partem da premissa de que a possibilidade do movimento não é um fato empírico porque a possibilidade é apenas *daquele* movimento – e então concluem que esta é uma asserção metafísica. Quer dizer, um nexos gramatical é mal interpretado e utilizado para significar maravilhas metafísicas (Baker & Hacker, 1988, p.122-3).

Também no parágrafo 191 das IF, Wittgenstein levanta o debate acerca do emprego incompreendido da palavra *apreender* na frase *É como se pudéssemos apreender todo o emprego da palavra de golpe*. Ele é mal interpretado porque, assim como se tem a impressão de que o movimento da máquina está nela aprioristicamente, igualmente tem-se a idéia de que entender uma palavra deve consistir em se apoderar de alguma coisa que *contém* todas as suas possibilidades de uso antes mesmo de seu proferimento:

O emprego incompreendido de uma palavra é interpretado como expressão de um estranho *processo*. (Como pensamos o tempo como um estranho meio, a alma como um ser estranho.) (IF § 196).

Sendo mal-interpretado, o emprego de *apreender*, no parágrafo 191, fica parecendo a *expressão de um estranho processo*, como se o indivíduo agarrasse com as próprias mãos todos os futuros empregos de uma mesma expressão lingüística. Na comparação wittgensteiniana, dá-se o mesmo quando os filósofos são seduzidos a entender *o tempo como um estranho meio* ou *a alma [the mind] como um ser estranho*. Este é um ponto importante para este trabalho porque a vertigem intelectual reflete já uma fronteira existente quando da má interpretação de expressões lingüísticas (e que, por isso, acompanhará esse trabalho até o fim).

Há vertigem intelectual, em geral, quando os filósofos acreditam que há algo mais profundo, que se tem mais do que a linguagem nos dá. Os filósofos, ao encararem a linguagem como objeto lógico-científico, não fazem distinção entre investigação conceitual e investigação factual – o que os leva a interpretar expressões lingüísticas cotidianas como entidades profundas e essenciais (Barbosa, 1973, p.85):

esta *interpretação da compreensão como atmosfera* é uma referência de Wittgenstein a James

Os problemas que nascem de uma má interpretação de nossas formas lingüísticas têm o caráter da *profundidade*. São inquietações profundas; estão enraizadas tão profundamente em nós quanto as formas de nossa linguagem, e sua importância é tão grande como a de nossa linguagem. – Perguntemo-nos: por que sentimos uma brincadeira gramatical como *profunda*? (E isto, com efeito, é a profundidade filosófica.) (IF § 111).

Embora a filosofia se preocupe com as ilusões da razão, e ainda que tais ilusões tenham suas raízes na gramática, elas não são nem um pouco triviais. Os problemas são profundos porque são derivados da estrutura fundamental de nossa forma de representação (como se *a possibilidade de movimento da máquina* de fato existisse; como se, de fato, *apreendêssemos* o significado das palavras).

Esta seção levanta uma idéia no mínimo interessante para este estudo: a de que muitos problemas filosóficos sejam, na verdade, fruto de má interpretação. Segundo Wittgenstein, o filósofo interpreta mal e tira as mais estranhas conclusões de seu interpretar (IF § 194). Assim, as proposições metafísicas filosóficas seriam, na verdade, fruto de uma má interpretação. A vertigem intelectual que Wittgenstein aponta nos interessa de perto por ser um indicador visível dos limites que a interpretação deva ter. A filosofia, assim entendida, faz mau uso de conceitos – como o *tempo*, a *alma* – que, para Wittgenstein, devem ser então elucidados, esclarecidos e trazidos da metafísica para seu uso cotidiano (IF § 116).

Agora, entendo que devemos rever algumas conclusões que foram tiradas no presente capítulo, à pena de se virem como cartas fora do baralho – quando, na verdade, são de fundamental interesse para esse estudo.

4.8.

Fim da quarta rodada

Algumas questões importantes foram levantadas neste capítulo e, agora, é hora de tentar arrumá-las. Como levantei a hipótese logo no início do capítulo, a interpretação pode ser considerada um conceito cuja identidade se constitui por *semelhança de família*. Dessa forma, ela parece guardar parentescos e

semelhanças com outros conceitos, alguns deles vistos aqui, como o de explicação, o de compreensão.

Em nossa investigação em torno do seguimento de regras salientou-se um ponto importante: para se seguir regras *não* é preciso que um ato interpretativo intermediário seja formulado. Em geral, simplesmente agimos em conformidade (ou não) com a regra. Não é preciso que haja uma interpretação entre a regra e sua efetivação. Até porque a interpretação seria nada mais que outra expressão da regra. Desse modo, a regra não precisa de uma interpretação para ser cumprida. Ao mesmo tempo, parece que o inverso não se cumpre: a interpretação precisa de regras para sua aplicação. Contudo, isso não é nenhuma peculiaridade da interpretação – a linguagem é também um fenômeno regulado; ou seja, este fator não é um diferencial das interpretações. O ponto importante é que o indivíduo, na concepção de interpretação como uma atividade de segunda ordem, não interpreta sempre e a todo o momento. Wittgenstein, como observado neste capítulo, rejeita o mito empirista do dado e, dessa forma, a concepção de que os indivíduos apreendem estímulos brutos que devem, sempre e necessariamente, ser interpretados em alguma outra coisa. Ou seja, nem tudo é interpretação. Trata-se de um argumento mal colocado desde o início porque: se tudo fosse interpretação, e se a interpretação fosse sempre uma exigência para se seguir uma regra, então minha própria interpretação exigiria uma outra, e assim sucessivamente, donde até mesmo a idéia de interpretação perderia sua razão de ser.

Guardando uma semelhança de família com a explicação, parece que a interpretação seria um ato necessário em algumas circunstâncias especiais, como para sanar mal-entendidos. Mas um ponto importante é que, assim como a explicação não tem nada de *mais profundo*, ou seja, tudo que posso explicar para mim posso também verbalizar para o outro, também minha interpretação – uma dentre as possíveis – não tem nada de obscura ou além do que pode ser elucidado com palavras.

Cabe lembrar que, se várias interpretações são *possíveis*, elas não são, por outro lado, *necessárias*, isto é, exigidas. Tem-se de admitir que várias interpretações são possíveis, mas o interpretante pode inferir de uma mesma expressão lingüística tanto várias interpretações como uma só. Há a possibilidade de várias interpretações, mas, em muitos casos (como ao ler uma receita de bolo), nossa interpretação é *a mesma*; nesse ponto, simplesmente *agimos* – e

adicionamos uma xícara de açúcar na massa, por exemplo. O fato de infinitas interpretações serem possíveis a partir de dada situação não significa dizer que, de fato, várias interpretações sejam feitas. Há concordâncias em formas de vida que fazem com que sigamos à direita quando nos deparamos com determinada placa numa estrada – sem pestanejar. Ao mesmo tempo, essa questão também aponta para aquele outro ponto que perpassa todo esse trabalho: a má interpretação. Porque há interpretações que não são possíveis de serem formuladas dadas as práticas em que estão inseridas. Wittgenstein inclusive fala de uma escolha feita pelo leitor *entre interpretações possíveis* (IF § 652).

Outra questão importante levantada neste capítulo envolve a divisão, vista no capítulo dois, que alguns teóricos fazem entre a linguagem comum e a linguagem literária (ou ornamentada, artística etc.). Wittgenstein não parece fazer tal distinção, uma vez que, para ele, a linguagem cotidiana, ordinária é só a que temos. Por outro lado, ele reconhece que alguns fazem um mau uso dessa linguagem e caem na metafísica. Estes são os filósofos. Este mau uso é uma *má interpretação* dos modos cotidianos de expressão.

Como notamos, incompletude ou inexatidão, no sentido metafísico, não parecem ser boas pistas para se dizer que uma interpretação não é válida, que o sujeito interpretou mal. Por outro lado, as *más interpretações* que os filósofos, segundo Wittgenstein, muitas vezes fazem mostram que *há interpretações que não são válidas*. Mais ainda: esse *nonsense* filosófico merece uma atenção detida por ser um *revelador* dos limites dos sentidos das expressões lingüísticas (Barbosa, 1973, p.91). Os filósofos às vezes deturpam a gramática do uso de uma expressão e, assim, acabam por emaranhar-se em falsos problemas.

Talvez o fato de que a interpretação também possa ser explicada por uma série de exemplos (*interpretar é isso*) seguidos de um *e assim por diante* dê a impressão de que há um esclarecimento mais profundo: *Mas, afinal, o que é A Interpretação?* E essa sensação nos é tão natural porque parte da nossa forma de representação. Por isso não ser estranho que continuemos ainda hoje a repetir os mesmos gestos que, segundo Wittgenstein, são *más interpretações que constroem* a metafísica. É o que veremos agora.